

**Circular nº 21/2013***12 de Julho de 2013***Assunto: Revisão do Regulamento (CE) Nº 842/2006, relativo a determinados F-Gases  
(gases fluorados com efeito de estufa)**

Caros Associados,

Tendo chegado ao conhecimento da APIRAC (des)informações que circulam sobre o assunto em epígrafe, justifica-se disseminar entre as empresas associadas algumas considerações sobre o assunto, de modo a elucidar os associados quanto à evolução do processo, que permanece em curso.

Nesse sentido, cumpre esclarecer o seguinte:

A Comissão Ambiente, Saúde e Segurança Alimentar do Parlamento Europeu aprovou a proposta de revisão do Regulamento (CE) nº842/2006, relativo aos gases fluorados com efeito de estufa.

A APIRAC sendo reconhecida como representativa do sector de refrigeração, ar condicionado e bombas de calor, tem participado em fóruns europeus e foi convidada pela tutela em Portugal a dar o seu contributo oportuno para a revisão da legislação que visa a redução progressiva da utilização de alguns F-Gases. Este é um processo que decorre desde Outubro de 2012.

O seu contributo alinha, como não poderia deixar de ser, pela defesa dos interesses dos seus associados, no sentido de proteger a actividade, as empresas e os seus profissionais.

Pelo facto da revisão do Regulamento (CE) nº842/2006 estar aprovada pela Comissão do Ambiente, Saúde e Segurança Alimentar do Parlamento Europeu, à data de 19 de Junho de 2013, não significa que esteja definitivamente aprovado o texto da sua revisão, que carece agora da aprovação do Conselho de Ministros do Ambiente da União Europeia.

Tratando-se assim de uma proposta de revisão, não é possível concretizar já nenhuma informação fidedigna quanto a datas e outros aspectos que venham a determinar a abolição progressiva de alguns F-Gases. De qualquer forma, numa primeira análise, será já de destacar sob o ponto de vista positivo o seguinte:

- Responsabilidade conjunta de distribuidores e compradores de gases fluorados;
- Aquisição de fluido apenas por técnicos e empresas certificados;
- Eliminação de comercialização de equipamentos pré-carregados, excepção para os equipamentos hermeticamente fechados ou para equipamento que contenha uma quantidade de hidrofluorocarbonetos correspondente a menos de 2% do previsto como capacidade máxima do equipamento;
- Inclusão de refrigeração móvel, ar condicionado móvel e refrigeração em veículos de transporte de mercadorias no âmbito do Regulamento.

Por outro lado, existem aspectos que podem ser melhorados, entre os quais destacamos:

- A inclusão de taxas de fuga máximas, a ser ainda definida pela Comissão;
- Inclusão do termo "em trânsito" na diferenciação entre "fixo" e "móvel";
- Conceito de "bomba de calor" adoptado;
- Manutenção da obrigação de verificar reparações de fugas dentro de um mês;
- Obrigação de reparar uma fuga no prazo de uma semana depois de ter sido detectada.

A proibição do uso de HFC em equipamentos de refrigeração e ar condicionado por categorias de equipamentos a partir de 2020 até 2030 constitui talvez o aspecto mais marcante. O sistema funcionaria, de acordo com o previsto, com proibições como princípio geral, mas com a possibilidade de isenções temporárias para determinadas categorias de equipamentos baseados em razões de ordem técnica, económica, de segurança ou eficiência energética, sector estratégico ou em razões climáticas locais. Um grupo de trabalho/ comissão de consulta deveria ser constituído por partes interessadas (incluindo a representação dos técnicos e empresas certificadas), para efeitos de monitorização do regulamento/ legislação nacional a adoptar e consulta antes de qualquer isenção ou implementação ser adoptada.



A APIRAC está preocupada com este aspecto, até porque a disponibilidade de alternativas seguras e energeticamente eficientes até essa data é nesta altura uma impossibilidade. A adopção de um esquema de faseamento de redução será a solução mais razoável. Neste entendimento, o princípio da proibição com o calendário previsto é, obviamente, negativo embora as possibilidades de isenções sejam consideráveis, permitindo a modulação da proibição em face de realidades técnicas.

A APIRAC continuará a acompanhar a evolução do processo, informando os associados dos assuntos de relevância que se venham a colocar. Da mesma forma, mantém-se à disposição dos associados para os esclarecimentos tidos por convenientes.

Com os melhores cumprimentos,

A DIRECÇÃO DA APIRAC